



# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

## TERMO DE REFERÊNCIA

**Unidade Administrativa de Origem:** Chefia de Gabinete da Câmara

**Titular do Cargo:** Amariles de Moura Nogueira

**Cargo:** Chefe de Gabinete da Câmara

**Descrição Resumida do Objeto:** Aquisição de 1 (uma) inscrição individual destinada à participação de técnica contábil desta Câmara Municipal no evento “CNCP 2025 – Conferência Nacional de Contabilidade Pública”, a realizar-se em 18 e 19 de novembro de 2025, em Aracaju/SE, promovido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em parceria com a Academia Sergipana de Ciências Contábeis (ASCC).

### 1. Objetivo

Este Termo de Referência orienta a contratação direta para a capacitação de servidor desta Casa Legislativa, definindo normas, métodos e critérios de execução e aceitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

O Art. 6º, inciso XXV, o art. 72, inciso I e art. 74 da Lei nº 14.133/2021 prevê a necessidade de instruir os processos de Contratação Direta com Projetos Básicos ou Termos de Referência que subsidiem a contratação, de modo que a Administração possa desta obter a maior eficiência e vantagem.

Sabe-se que a infringência ao disposto no Art. 6º, inciso XXV e no art. 72, inciso I da Lei nº 14.133/2021 poderá implicar a nulidade dos atos ou contratos realizados e a responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

### 2. Definição do Objeto (alínea “a” do inciso XXIII do art. 6º da lei nº 14.133/2021).

Objeto: Aquisição de 1 (uma) inscrição individual destinada à participação de técnica contábil desta Câmara Municipal no evento “CNCP 2025 – Conferência Nacional de Contabilidade Pública”, a realizar-se em 18 e 19 de novembro de 2025, em Aracaju/SE, promovido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em parceria com a Academia Sergipana de Ciências Contábeis (ASCC).

#### 2.1. Objetivo Geral:

Promover a atualização técnica e normativa da equipe contábil da Câmara Municipal de Bom Jardim de Minas por meio da participação no evento CNCP, visando elevar a qualidade das rotinas de contabilidade aplicada ao setor público, fortalecer a conformidade com as diretrizes da STN/TCU e aprimorar a eficiência do planejamento, execução orçamentária e prestação de contas do Poder Legislativo.

#### 2.2. Objetivos Específicos:



# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

- Atualizar conhecimentos sobre CASP, PCASP, MCASP e normas correlatas aplicáveis ao Legislativo.
- Identificar e incorporar boas práticas de transparência, governança e controle interno às rotinas da Câmara.
- Mapear três melhorias processuais prioritárias (ex.: conciliações, restos a pagar, controle de notas de empenho) e propor plano de ação.

## 2.3. Resultados Esperados com a contratação:

- Atualização normativa e técnica em CASP, orçamento e controle interno;
- Aplicação prática de boas práticas apresentadas no evento;
- Melhoria da conformidade com STN/TCU e órgãos de controle;
- Disseminação interna do conhecimento.

## 2.4. Modalidade do Curso:

Capacitação/treinamento de pessoal em evento específico (conferência/simpósio) — presencial, de curta duração, com programação técnico-científica (CNCP – Conferência Nacional de Contabilidade Pública), 18–19/11/2025, Aracaju/SE.

## 3. Fundamentação e Necessidade da Contratação *(alínea “b” do inciso XXIII do art. 6º da lei nº 14.133/2021)*

A contratação da inscrição no CNCP – Conferência Nacional de Contabilidade Pública é necessária para assegurar a **capacitação continuada** da servidora técnica responsável por rotinas de **planejamento, execução orçamentária, contabilidade e controle** no âmbito do Poder Legislativo municipal. Trata-se de **evento técnico específico, presencial e de data certa**, cuja curadoria é do **CFC/ASCC**, diretamente alinhado às demandas da Câmara quanto à **conformidade com a CASP/MCASP, PCASP, transparência, governança e controles internos**. A atualização proporcionada contribui para a **eficiência e economicidade** das rotinas, redução de erros, melhoria dos registros contábeis e qualificação da prestação de contas, atendendo ao dever de capacitar servidores e ao interesse público. A modalidade proposta – **inexigibilidade (art. 74, III, “f”, Lei 14.133/2021)** – decorre da **inviabilidade de competição** para acesso ao **evento específico** (conteúdo, data, local e organização), sendo a inscrição **exclusivamente** disponibilizada pelo promotor. O acesso oportuno ao conteúdo e às boas práticas nacionais é essencial para manter a **continuidade do serviço público** e a aderência às normativas vigentes, sem prejuízo de que **deslocamento/diárias** sejam, se necessários, tratados em processo próprio.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

## Riscos de não contratar:

- **Desatualização técnica e normativa** da equipe, com maior exposição a apontamentos de controle.
- **Ineficiência operacional e retrabalho** em rotinas contábeis e orçamentárias.
- **Risco de inconsistências** nos demonstrativos e na prestação de contas do Legislativo.
- **Perda de oportunidades** de benchmark e soluções aplicáveis às rotinas da Câmara, impactando a **qualidade do gasto**.

## 4. Descrição da Solução Como Um Todo *(alínea “c” do inciso XXIII do art. 6º da lei nº 14.133/2021)*

A solução consiste na contratação direta, por inexigibilidade (art. 74, III, “f”, Lei nº 14.133/2021), de 1 (uma) inscrição para participação presencial da técnica contábil da Câmara Municipal de Bom Jardim de Minas no CNCP – Conferência Nacional de Contabilidade Pública (CFC/ASCC), com acesso integral à programação técnico-científica, materiais e certificado oficial. Abrange: (i) processo de inscrição no nome da servidora indicada, com emissão de comprovante/nota fiscal em favor da Câmara; (ii) acesso às palestras, painéis e conteúdos do evento, conforme cronograma divulgado pelos organizadores; (iii) emissão de certificado ao final, contendo carga horária e identificação da participante; (iv) relato técnico pós-evento elaborado pela participante, com síntese dos aprendizados e plano de aplicação em rotinas internas

## 5. Requisitos da Contratação *(alínea “d” do inciso XXIII do art. 6º da lei nº 14.133/2021)*

indicada, no CNCP – Conferência Nacional de Contabilidade Pública (CFC/ASCC), modalidade presencial, com acesso integral à programação, materiais e certificado com carga horária; o fornecedor deverá ser a Academia Sergipana de Ciências Contábeis – ASCC (CNPJ 13.166.087/0001-13), emitindo nota fiscal eletrônica em nome da Câmara Municipal de Bom Jardim de Minas pelo valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), com identificação do evento, da participante e da data; o pagamento seguirá as instruções do organizador, após comprovante de inscrição e regularidade fiscal; deverão ser observadas as regras de substituição/cancelamento e reembolso (se previstas pelo organizador), bem como o tratamento de dados pessoais conforme LGPD.

## 6. Modelo de Execução do Objeto *(alínea “e” do inciso XXIII do art. 6º da lei nº 14.133/2021)*

A execução do objeto ocorrerá de forma **presencial e concentrada**, em evento específico com data, local e programação previamente definidos pela contratada de acordo com o folder em anexo.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

## 7. Qualificação da Contratada

Para que o objeto da contratação seja atendido, é necessário o preenchimento de alguns requisitos mínimos necessários, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, nos termos do artigo 72, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Será exigido, conforme o artigo 62 da Lei Federal nº 14.133/2021, documentos referentes a habilitação jurídica (premissa do artigo 66), habilitação técnica (rol do artigo 67), habilitação fiscal, social e trabalhista (artigo 68), todos da mesma legislação (Lei Federal nº 14.133/2021). Assim, para a contratação, a empresa deverá apresentar a documentação solicitada dentro dos seus respectivos prazos de validade, conforme o caso, Proposta de Preços e documentos que demonstrem a regularidade jurídica, social, fiscal, trabalhista, além da qualificação técnica operacional e profissional. Sendo assim, os documentos exigidos serão:

### 7.1. Habilitação Jurídica:

✓ Apresentação de cópia simples do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e suas alterações e prova de seu registro no Conselho de Classe (CRC ou OAB) Carteira de registro profissional em nome do Sócio e integrantes da equipe.

### 7.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

Apresentação de via impressa ou cópia simples:

- ✓ Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- ✓ Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
- ✓ Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da empresa;
- ✓ Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da empresa;
- ✓ Prova de regularidade para com o Conselho de Classe;
- ✓ Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- ✓ Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa;
- ✓ Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos

### 7.3. Qualificação Técnica:



# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

✓Titularidade/organização do evento: apresentação de Declaração de Exclusividade indicando a ASCC como realizadora do CNCP e responsável exclusiva pela comercialização das inscrições;

✓Aptidão técnico-operacional: apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por entidades do sistema/segmento (ex.: CRC/SE, FBC, SESCOOP/SE), que evidenciem experiência na organização e promoção de eventos técnico-científicos;

✓Capacidade administrativa/cadastral: apresentação do CRC/SICAF vigente contendo dados cadastrais da ASCC (anexo).

## 8. Proposta de preços e comprovação de preços

**Método e evidências:** relatório de **pesquisa de mercado** com **contratações similares**, anexado ao presente, indicando **10/10 referências a R\$ 2.000,00** por inscrição para o mesmo evento (organizador **ASCC — CNPJ 13.166.087/0001-13**).

**Exemplos de referências PNCP citadas no relatório:**

- TCE/TO (29/10/2025) — R\$ 2.000,00.
- Câmara de Porto Alegre/RS (28/10/2025) — R\$ 2.000,00.
- MP/SE (22/10/2025) — R\$ 2.000,00.
- Nova Mamoré/RO (09/10/2025) — R\$ 2.000,00.
- Rondonópolis/MT (27/10/2025) — R\$ 2.000,00.

**Conclusão de valor:**

- **Valor unitário estimado: R\$ 2.000,00 (dois mil reais).**
- **Valor total estimado (1 inscrição): R\$ 2.000,00 (dois mil reais).**

Observação: trata-se exclusivamente da **taxa de inscrição**; despesas de deslocamento/hospedagem, se houver, serão formalizadas em processo correlato

## 9. Requisitos de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade

Não se aplica

## 10. Requisitos normativos que disciplinam os serviços a serem contratados

- a) Constituição Federal;
- b) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- c) Lei 101 de 4 de maio de 2000;
- d) Lei 4.320 de 17 de março de 1964;

Nestes termos a contratação deve atender aos requisitos exigidos na Legislação em vigor, bem como atender às necessidades da Câmara Municipal de Bom Jardim de Minas no que tange às exigências.

## 11. Quanto à mão de obra empregada



# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

A contratação refere-se exclusivamente à taxa de inscrição em evento, não havendo cessão ou dedicação de mão de obra nas dependências da Câmara nem alocação de profissionais por hora. Toda a equipe envolvida (organização, credenciamento, apoio, palestrantes e moderadores) é responsabilidade do organizador (ASCC/CFC), que arca integralmente com encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais de seus colaboradores, inexistindo vínculo de subordinação com a Administração. Não se exige dimensionamento de pessoal ou perfis individuais, cabendo à contratada assegurar a regular execução do evento e a emissão do certificado ao(à) participante, observando-se a LGPD quanto aos dados do inscrito.

## 12. Quanto aos materiais necessários

A contratada deverá arcar com todos os equipamentos necessários à prestação dos serviços.

## 13. Subcontratação

Em razão da natureza do objeto, consistente na **prestação de serviço técnico especializado, de caráter personalíssimo e previamente estruturado, não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto**, nos termos do art. 72, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

A empresa contratada será a única responsável pela integral execução do curso presencial, inclusive quanto à organização logística, corpo docente, fornecimento de materiais e emissão de certificados, não podendo transferir a terceiros nenhuma etapa da execução.

Eventual substituição de instrutor ou membro da equipe pedagógica deverá ser previamente comunicada, desde que mantido o padrão técnico e didático proposto originalmente.

## 14. Garantia da contratação

Não será exigida a garantia da contratação.

## 15. Modelo de Gestão do Contrato

A gestão da contratação será realizada de forma simplificada, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, considerando que o objeto envolve **prestação de serviço singular, não continuado, de execução imediata e baixo valor**.

A **Chefia de Gabinete** exercerá a função de **Gestora da Contratação**, competindo-lhe:

- Acompanhar o cumprimento integral do objeto contratado;





# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

- Verificar a presença do participante no curso;
- Conferir o recebimento do material didático e do certificado de conclusão;
- Emitir o atesto da execução e autorizar a liquidação da despesa;

O acompanhamento será registrado no processo administrativo de contratação, com base nos documentos comprobatórios fornecidos pela contratada e nas informações prestadas pela participante.

Não será designado fiscal técnico formal por tratar-se de **evento único e previamente estruturado**, com escopo padronizado, de curta duração e valor reduzido, aplicando-se a **gestão simplificada** conforme orientações dos órgãos de controle.

## 16. Medição e Critérios de Pagamento

16.1. Como contraprestação pelos serviços prestados a CÂMARA pagará em moeda legal e corrente do país, mediante depósito do respectivo valor na conta corrente da empresa vencedora, após a conferência da seguinte documentação:

a) Nota fiscal dos serviços prestados, a qual será conferida e atestada por um funcionário responsável desta CÂMARA;

- Na nota fiscal, é necessária que as empresas destaquem obrigatoriamente a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) para devida retenção do Imposto de Renda conforme determinação da Instrução Normativa da Receita Federal nº 1234/2012.
- Empresas optantes pelo Simples Nacional e as pessoas jurídicas amparadas por isenção, imunidade, não incidência ou alíquota zero de imposto de renda estão dispensadas da retenção do IRRF. Nesses casos, a condição deverá ser informada no documento fiscal, com o devido enquadramento legal.

b) Apresentação de certidões negativas da União, Receita Federal, Tributos Estaduais, Previdência Social, FGTS, Débitos Trabalhistas;

16.2. O pagamento dar-se-á em até 10 (dez) dias, a partir do cumprimento de todos os requisitos exigidos nos subitens 16.2 letras “a”, e “b”.

16.3. O pagamento será realizado após devida liquidação pelo setor competente.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

16.4. O Órgão, na data do pagamento, efetuará as retenções devidas, se houver, de acordo com a legislação e normas vigentes.

16.5. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas à prestação de serviços.

16.6. No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

## **17. Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor**

Considerando que não há viabilidade de competição para o objeto definido, configura-se a hipótese de inexigibilidade de licitação. A contratação será realizada por meio de Inexigibilidade, nos termos da alínea “f”, inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/2021.

Acerca da forma e critérios para a contratação, a Lei de Licitações, em seu art. 74, inciso III, estabelece que:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

(...)

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 4º Nas contratações com fundamento no inciso III do caput deste artigo, é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificativa da inexigibilidade.

Com base nos dispositivos da Lei nº 14.133/2021, evidencia-se que a hipótese de contratação se configura como inexigibilidade de licitação, assim que os requisitos de notória especialização da empresa a ser contratado.





# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

## 18. Razão da escolha do prestador dos serviços

Opta-se pela Academia Sergipana de Ciências Contábeis – ASCC (CNPJ 13.166.087/0001-13) por se tratar da promotora e titular do CNCP – Conferência Nacional de Contabilidade Pública, detendo a exclusividade de oferta e comercialização das inscrições, o que configura inviabilidade de competição nos termos do art. 74, III, “f”, da Lei nº 14.133/2021. A escolha está devidamente instruída com Declaração de Exclusividade do organizador, atestados de capacidade técnica (experiência na realização de eventos técnico-científicos) e comprovantes cadastrais (CRC/SICAF), evidenciando aptidão técnico-operacional e regularidade. Ademais, o valor fixo de inscrição praticado pelo organizador — R\$ 2.000,00 (dois mil reais) — é uniforme nas contratações similares recentes, assegurando padronização, economicidade e celeridade na contratação direta, indispensáveis para a continuidade do serviço público e para a efetiva participação da servidora no evento.

## 19. Estimativas do Valor da Contratação

A formação do preço baseou-se na **pesquisa de mercado anexada**, composta por **contratações similares no PNCP e cotação oficial do organizador**, indicando preço **uniforme** para a inscrição no CNCP 2025. Assim, adota-se como estimativa: **valor unitário de R\$ 2.000,00 (dois mil reais); quantidade: 1 (uma) inscrição; valor total estimado: R\$ 2.000,00 (dois mil reais)**. O montante refere-se **exclusivamente à taxa de inscrição**, não incluindo **passagens, hospedagem ou diárias** (se necessárias, tramitarão em processo próprio). Considerando a natureza do objeto (serviço padronizado de inscrição) e o **preço fixo** praticado pelo organizador, a estimativa apresenta **baixa variabilidade** e adequada **confiabilidade** para instrução e empenho.

## 20. Vigência do Contrato

O instrumento de formalização (ato de inexigibilidade/nota de empenho e ordem de fornecimento) terá vigência da sua emissão até o recebimento definitivo, abrangendo: (i) efetivação da inscrição; (ii) realização do evento em 18 e 19/11/2025; e (iii) entrega e aceite do certificado e da NFS-e. Por tratar-se de serviço pontual e não continuado, não há prorrogação, encerrando-se a vigência com o exaurimento do objeto e o atesto pela Administração.

## 21. Obrigações

### 21.1 - Obrigações da contratada

A Contratada obriga-se a:



# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

- a) Efetuar execução dos serviços em perfeitas condições, pelo prazo de vigência do contrato, em estrita observância das especificações deste Termo de Referência e da proposta da contratada, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente, no que couber, descrição do serviço.
- b) Responsabilizar-se pelos erros e danos decorrentes de falha na prestação dos serviços.
- c) O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, às suas expensas, no prazo máximo de 24h (vinte e quatro horas), os problemas e as consequências destes, decorrente da falha na prestação dos serviços.
- d) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação.
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade exigidas pela Lei 14.133/21.
- f) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.
- g) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- h) Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade dos serviços, reservando à contratante o direito de glosar o pagamento caso não satisfaça aos padrões especificados, até a correta execução.
- i) Quando for o caso, comunicar imediatamente à contratante qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências necessárias.
- j) Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da execução dos serviços, seja por falha técnica ou por ação ou omissão de seus prepostos.
- k) Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

## 21.2. Obrigações da contratante

A contratante se obriga a:

- a) Promover o acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as normas, especificações e técnicas estabelecidas neste;
- b) Comunicar a contratada, por escrito, sobre as possíveis irregularidades observadas no decorrer da prestação dos serviços ou quando do funcionamento irregular para a imediata adoção das providências para sanar os problemas eventualmente ocorridos;



# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

- c) Proporcionar as condições necessárias para que a contratada possa cumprir o que estabelecem o Contrato;
- d) Atestar as notas fiscais/faturas desde que cumpram os requisitos indicados no Contrato;
- e) Quando da observância de qualquer incongruência, notificar imediatamente a contratada para que promova as adequações necessárias à consecução do pagamento;
- f) Notificar a contratada, por escrito, sobre as imperfeições, falhas, defeitos, mau funcionamento e demais irregularidades constatadas na execução dos procedimentos previstos no Contrato, a fim de serem tomadas as providências cabíveis para correção do que for notificado;
- g) Permitir a entrada dos funcionários da contratada, desde que devidamente identificados, garantindo o pleno acesso às dependências das unidades administrativas, bem como fornecendo todos os meios necessários à execução dos serviços;
- h) Efetuar os pagamentos, no prazo e nas condições indicadas neste instrumento, serviços que estiverem de acordo com as especificações, comunicando à contratada quaisquer irregularidades ou problemas que possam inviabilizar os pagamentos;
- i) Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham a ser solicitados pela contratada;
- j) Dirimir, por intermédio dos fiscais do Contrato, as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços;
- k) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de funcionário especialmente designado.

## 22. Sanções

Em caso de inexecução total ou parcial do objeto, execução com atraso injustificado, ou descumprimento de cláusulas contratuais, poderão ser aplicadas à contratada as sanções previstas nos arts. 156 a 159 da **Lei nº 14.133/2021**, observados o contraditório e a ampla defesa.

As sanções passíveis de aplicação incluem:

### **I – Advertência;**

### **II – Multa:**

- Pelo atraso na execução: até 10 % sobre o valor da inscrição contratada, por ocorrência;
- Pela inexecução total do objeto: até 20 % sobre o valor da inscrição;

### **III – Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 3 (três) anos, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021;**

### **IV – Declaração de inidoneidade, nos termos do art. 156, inciso IV, em caso de prática de atos ilícitos dolosos.**

A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral por eventuais danos causados à Administração Pública, inclusive devolução de valores pagos indevidamente, com atualização monetária, nos termos da legislação vigente.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

## 23. Adequação Orçamentária.

A presente contratação encontra respaldo na Lei Municipal nº1857, de 27 de Dezembro de 2024, que Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Bom Jardim de Minas para o Exercício Financeiro de 2025, relativas ao exercício financeiro de 2025, dotação orçamentária 33.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. Na Fonte de Recursos 1.500.0000 – Recursos ordinários

## 24. Aceitabilidade do Objeto

A aceitabilidade do objeto dar-se-á mediante **verificação da prestação regular e integral do serviço contratado**, conforme critérios mínimos estabelecidos neste Termo de Referência. Para fins de atesto e pagamento, serão observados os seguintes requisitos:

- **Participação da servidora inscrita no seminário;**
- **Emissão e recebimento do certificado nominal de conclusão do curso**, em até 10 (dez) dias após o término do evento;

Somente após o cumprimento de todos os requisitos acima, e mediante apresentação de **Nota Fiscal Eletrônica válida**, será autorizada a liquidação e o pagamento da despesa.

## 25. Sigilo e Segurança das Informações

Durante a execução do curso, a contratada terá acesso exclusivamente a dados pessoais estritamente necessários, como nome completo e número de CPF da participante, para fins de inscrição, controle de frequência e emissão do certificado de participação.

Nesse sentido, a contratada deverá:

I – Tratar os dados pessoais fornecidos pela Câmara Municipal de acordo com os princípios da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), especialmente quanto à finalidade, necessidade, segurança e confidencialidade;

II – Utilizar os dados pessoais única e exclusivamente para a execução do objeto contratual, sendo vedado seu compartilhamento, armazenamento indevido ou uso para outras finalidades;

III – Adotar medidas organizacionais e tecnológicas razoáveis para prevenir o acesso não autorizado ou o vazamento de dados pessoais sob sua guarda;

IV – Eliminar ou anonimizar os dados após a conclusão da finalidade que justificou seu uso, salvo nos casos em que a legislação autorizar sua conservação;



# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

V – Responder administrativa, civil e criminalmente por qualquer tratamento indevido de dados pessoais realizado em desconformidade com a LGPD.

O descumprimento dessas obrigações poderá ensejar a aplicação das sanções previstas no contrato e na legislação vigente, sem prejuízo da reparação por eventuais danos causados.

## 26. Condições Gerais

I – A contratação será formalizada mediante Nota de Empenho, por se tratar de serviço singular, de execução imediata e valor inferior ao limite legal para dispensa de contrato escrito;

II – A execução do objeto deverá observar integralmente as condições estabelecidas neste Termo de Referência, bem como as disposições da Lei nº 14.133/2021.

III – A eventual alteração de data ou substituição de instrutor por parte da contratada deverá ser previamente comunicada e aprovada pela Administração, sob pena de inadimplemento contratual;

IV – Não haverá adiantamento de pagamento, tampouco repactuação de valor ou reajuste, em razão da natureza do objeto e da sua execução em prazo determinado;

V – A contratada responderá por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto, não se estabelecendo qualquer vínculo com a Administração Pública;

VI – Os casos omissos serão resolvidos pela Chefia de Gabinete, ouvida, se necessário, a Assessoria Jurídica e o Controle Interno da Câmara Municipal.

VII – Para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes da presente contratação, fica eleito o foro da Comarca de Andrelândia/MG, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Câmara de Bom Jardim de Minas – MG, 10 de novembro de 2025.

**Amariles de Moura Nogueira**  
**Chefe de Gabinete da Câmara**